

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS-INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

MARIA FÁTIMA DE QUEIRÓZ LUDWIG

A QUESTÃO MORAL COMO ASPECTO TEXTUAL EM MACHADO DE ASSIS:
HELENA

PASSO FUNDO

2018

Maria Fátima de Queiróz Ludwig

A QUESTÃO MORAL COMO ASPECTO TEXTUAL EM MACHADO DE ASSIS:

HELENA

Monografia apresentada ao Curso de Letras, Português - Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para aprovação na disciplina de Monografia II, sob orientação da Profa. Dra. Ivânia Campigotto Aquino.

Passo Fundo

2018

Maria Fátima de Queiróz Ludwig

A QUESTÃO MORAL COMO ASPECTO TEXTUAL EM MACHADO DE ASSIS:

HELENA

Monografia apresentada para a disciplina de Monografia II, pelo Curso de Letras – Português - Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, sob orientação da Profa. Dra. Ivânia Campigotto Aquino.

Aprovada em 28 de junho de 2018:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a. Ivania Campigotto Aquino – UPF.

Prof^o.Dr. Paulo Ricardo Becker – UPF

Passo Fundo

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me concedido uma segunda chance na vida. Em segundo lugar, agradeço a todas as pessoas que me deram força e me apoiaram a buscar meu sonho.

Ao corpo docente, direção e administração da Universidade, agradeço pelas oportunidades de aprendizado.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Ivania Campigotto Aquino, por ter aceitado o tema e respeitado os motivos da minha escolha.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Ricardo Becker, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desse meu sonho e por respeitarem as minhas escolhas.

O amor não é mais que um instrumento de escolha; amar é eleger a criatura que há de ser companheira na vida, não é afiançar a perpétua felicidade de duas pessoas, porque essa pode esvaír-se ou corromper-se.

Helena.

RESUMO

Neste trabalho, analiso a caracterização da personagem Helena na obra homônima de Machado de Assis, visando responder ao questionamento inicial: como aspectos de recursos discursivos produzem certa constituição moral e transfiguram elementos do real? Início com a abordagem do contexto social da época da produção e publicação do romance e, ao longo desta análise, trago exemplos de como Machado representa, na obra, o comportamento daquela sociedade. Ao descrever a situação, a educação e os costumes que envolviam a vida da mulher burguesa naquele século, assim como o estereótipo desejado para essa mulher, busco demonstrar como o sistema social vigente à época, o paternalismo, coagia e oprimia a figura feminina com o aval da igreja. Com suporte teórico de Antônio Candido, em especial, e de Beth Brait e Dominique Maingueneau, esmiúço a constituição da personagem dentro desse contexto social. Por fim, com recortes da obra, analiso o modo pelo qual o autor dá vida ao ser de ficção por meio da linguagem, os recursos discursivos utilizados e o papel do narrador na construção da personagem.

Palavras-chave: Helena. Personagem. Narrador. Discurso. Moral.

ABSTRACT

In this work, I analyze the characterization of the Helena character in the homonymous Machado de Assis' work, aiming to answer the initial question: how do aspects of discursive resources produce a certain moral constitution and transfigure elements of the real? Starting with an approach of the social context of the time of production and publication of the novel, and throughout this analysis, I bring examples of how Machado represents the behavior of that society in his work. In describing the situation, the education, and the customs that enveloped the life of bourgeois woman in that century, as well as the desired stereotype for this woman, I sought to demonstrate how the current social system of the time, the paternalism, coaxed and oppressed the female figure with the endorsement of the church. With the theoretical support of Antônio Candido, in particular, and Beth Brait and Dominique Maingueneau, I analyse the character's constitution within this social context. Finally, with clippings of Machado's work, I analyze the way through which the author gives life to the being of fiction through language, the discursive resources used and the role of the narrator in the construction of the character.

Key Words: Helena. Character. Narrator. Discourse. Moral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CONTEXTO SOCIAL NA ÉPOCA DA OBRA - SÉCULO XIX	11
2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA	13
2.2 O SISTEMA PATERNALISTA	16
3 A PERSONAGEM HELENA	19
4 A CONSTITUIÇÃO MORAL DA PERSONAGEM	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6 REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Muitas questões envolvem a criação de uma personagem. Algumas se referem ao propósito do autor em tal construção e ao que ele deseja transmitir, como denúncias, ideologias ou criticar um sistema ou fato social. Com o estudo da personagem Helena, do romance homônimo, de Machado de Assis, analiso: como aspectos de recursos discursivos produzem certa constituição moral e transfiguram elementos do real?

As personagens machadianas exercem um fascínio sobre o leitor pela maneira como são caracterizadas e elaboradas. Conforme Gledson (2006), Machado era conhecedor do seu público, ele sabia que era composto por maioria feminina. Havia um ponto em comum entre as personagens machadianas dos contos e romances com as leitoras do *Jornal das Famílias* e da revista *A Estação*: elas faziam parte da burguesia, eram casadas ou estavam no mercado do matrimônio. “As primeiras histórias de Machado, portanto, se mantiveram obedientes a muitas das convenções românticas: o caráter didático dos seus desenlaces morais tinha o objetivo de entreter e educar as leitoras do *Jornal das Famílias*” (PASSOS, 2007, p. 57). Em vista disso, a sociedade se valia dessas personagens, como ainda se vale nos dias atuais, à medida que conseguia ampliar sua visão em relação ao ser humano através dessas obras literárias e apreender os aspectos psicológicos humanos pelos conceitos morais que mudam conforme a sociedade evolui.

O jogo linguístico, quando bem elaborado e conduzido pelo autor, na figura do narrador, dá vida à personagem, tornando-a verossímil aos olhos do leitor. Em *Helena*, a formação moral da personagem homônima se constitui pelo recurso da linguagem usada pelo narrador – este onisciente e onipresente, que tudo sabe e tudo vê.

Este trabalho se divide em três seções. Na primeira, analiso o contexto social na época da obra, segunda metade século XIX; procuro demonstrar como a sociedade fazia uso de seu poder de coerção e descrevo valores da sociedade da época: como era a educação feminina, o lugar da mulher na sociedade e quais funções lhe eram atribuídas; o sistema familiar em vigor e a influência exercida pela sociedade vigente.

Na segunda seção, o foco é a personagem Helena. Descrevo sua caracterização e construção pelo ponto de vista do narrador, buscando identificar como ele constrói a personagem com o recurso da moral e uso do discurso, com aporte teórico de Antonio Candido.

A terceira e última seção aborda a constituição moral da personagem. Portanto, encerro com a teoria do fato social, com base em Émile Durkheim, que auxilia na compreensão da

forte influência do contexto social sobre a mulher na obra machadiana. Também interpreto alguns elementos textuais à luz da teoria de Maingueneau, especificamente sob a categoria do *ethos*, demonstrando a sua manifestação através da fala do narrador na construção do caráter do ser de ficção.

Diante do exposto, percebe-se que a criação da personagem constitui um tema relevante, pois a literatura sempre desempenhou um papel importante na constituição do ser humano, já que muitas das obras literárias espelham o homem e, desse modo, ajudam-no a se conhecer profundamente.

Esta é uma pesquisa qualitativa. Os estudos são descritivos, voltados para a elucidação do objeto e análise dos dados, bem como de cunho bibliográfico pelo uso da análise sociológica. “A perspectiva funcionalista, desenvolvida principalmente por Émile Durkheim (1858 - 1917), toma a sociedade como uma realidade anterior ao indivíduo. Desse modo, é necessário ao conjunto dos sujeitos adaptar-se a sua estrutura e seu funcionamento”. (NAUROSKI, 2018, p. 214). Trata-se de um processo subjetivo que varia de pessoa para pessoa e, devido a esse processo, os estudos nem sempre chegam a uma mesma conclusão.

Helena passa-se em 1850, na metade do século XIX, data da história. O tempo do autor é de 1876, vinte anos depois, data de publicação da obra. O cenário é urbano, e retrata o momento de transição em que as famílias burguesas deixam a vida colonial, fazendas, para se instalarem na cidade. O enredo de *Helena* tem seu foco na chácara do Andaraí e nos arredores que envolvem os passeios a cavalo e o pequeno casebre no caminho.

Assim, este trabalho demonstrará como o romance possuía uma forte influência na sociedade e como o autor tirou proveito do momento, usando sua obra para exprimir sua visão da sociedade e dos costumes de uma época. Desse modo, podemos conhecer, sob o ponto de vista do autor, um pouco da realidade histórica e os costumes da vida em família daquele período que o romance reproduz. Portanto, o objetivo é deixar claro, ou pelo menos demonstrar ao leitor, como isso acontece por meio de uma análise do romance.

2 CONTEXTO SOCIAL NA ÉPOCA DA OBRA - SÉCULO XIX

O romance *Helena*, de Machado de Assis, pertence à primeira fase do escritor. Foi publicado em 1876, porém o tempo histórico da narrativa tem início em 1850. Conforme Passos (2007), *Helena* e os outros três romances da primeira fase de Machado retratam a luta das suas heroínas em busca da sua integração à elite do Rio de Janeiro. De acordo com Zilberman (1989, p.84), no ano de 1850 “o país assistia ao crescimento da importância do café na pauta de exportações, substituindo o açúcar e os demais artigos agrícolas em que se fundava a economia desde o período colonial”.

Para a literatura brasileira, é uma época de transição entre a fase romântica e realista. O realismo começava a dar sinais em *Helena*, mas conviviam na narrativa características do estilo romântico. Mesmo que, em determinados aspectos, o predomínio do romantismo seja evidente, ao final, no entanto, encontramos um desenlace realista com a morte da protagonista.

A transição não acontecia somente na literatura, a vida em sociedade também passava por mudanças. Conforme D’Incao (2004), no início do século XIX, a forma de vida predominante na sociedade brasileira era marcada pelas influências do ilusório de fidalguia lusitana, do dia a dia de fazendeiros pobres e das particularidades do contato social determinadas pelo sistema escravocrata. Mais ou menos na metade deste século acontece a concretização do capitalismo e, conseqüentemente, o crescimento da classe burguesa, cujo modo de pensar iria influenciar a reorganização da vida social, familiar e feminina.

Para conceituar burguesia, Sodré se vale do conceito de Engels: “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado” (SODRÉ, 1983, p. 12, apud ENGELS, 1961). Com base em Sodré (1983) entende-se como classe burguesa:

o conjunto de proprietários. Um grande burguês é um grande proprietário. Um pequeno burguês é um pequeno proprietário. Os termos burguesia e proletariado significam o mesmo que proprietários e operários, ricos e pobres, gente que vive do trabalho e gente que trabalha para os outros em troca de um salário. (SODRÉ, 1983, p. 20).

Essa classe era composta pelos fazendeiros, fidalgos de origem, ou aqueles que se tornaram nobres através da compra de títulos e profissionais liberais que compunham a elite imperial.

Assim, Machado personifica a elite da época pela caracterização de seus personagens como o conselheiro Vale: “posto não figurasse em nenhum cargo do Estado, ocupava elevado lugar na sociedade, pelas relações adquiridas, cabedais, educação e tradições de família. Seu

pai fora magistrado no tempo colonial, e figura de certa influência na corte do último vice-rei” (ASSIS, 2010, p.204). Os profissionais liberais são caracterizados nas figuras de D. Mattos, o advogado; do Dr. Camargo, o médico; do Coronel Macedo que não era coronel, era Major; e Estácio que era formado em Matemática, mas vivia de renda, “seu futuro tem por ora dois limites únicos, alguns estudos de ciências e os aluguéis das casas que possui” (ASSIS, 2010, p. 222).

Diante da descrição do autor, o leitor pode entender como era o círculo que compunha essa classe aristocrática através do perfil, do comportamento e do papel social exercido por cada um desses personagens dentro da obra, que representa, de uma certa forma, o real da vida em sociedade no século XIX.

A segunda metade do século XIX “foi a época dos barões do café, em que o dinheiro chegado antes da instrução comprovava dignidade e poder, tornando a classe dominante em um grupo heterogêneo de pessoas” (DEL PRIORE, 2006, p. 45). Eram chamados de barões do café, pois possuíam títulos de barões, comprados com o dinheiro originado da produção cafeeicultora. Com a estabilização desta classe é necessária uma adequação a esse novo modo de pensamento idealizado.

A passagem do sistema feudal para um sistema capitalista colaborou para o surgimento de novas classes sociais no continente europeu e os reflexos dessas mudanças europeias foram sentidos aqui, no Brasil. Priore (2006) relata que, na vida diária, as mudanças entre o privado e o público acentuaram-se e isto contribuiu para compor vagarosamente a vida burguesa, que se ampliou como paradigma, contando com a colaboração da imprensa, da camada média e da alta sociedade.

Conforme Sodré (1983, p.20), a burguesia europeia teve sua origem no sistema feudal, surgiu das camadas mais baixas e seu crescimento foi um movimento ascendente. “Um pequeno burguês é um pequeno proprietário”. Na França, a estabilização da burguesia ocorreu pela derrota da classe dominante, a nobreza. A burguesia foi compelida por outras classes, que empregaram o uso da violência e derrotaram a nobreza para, num segundo momento, permitir-lhe um lugar nas relações de poder. Já na Inglaterra, a nobreza foi submetida à vontade da classe burguesa, perdeu poderes, mas conservou a honra. Posteriormente, também houve uma aliança entre burguesia e nobreza.

No Brasil, o movimento surgiu de cima para baixo, foi descendente. A classe burguesa teve sua origem num pequeno grupo de pessoas, a elite aristocrática, que possuíam o poder financeiro e, conseqüentemente, influenciavam o setor político pelo poder de

barganha que detinham. Foi um processo longo tanto no continente europeu como aqui no continente americano. Sodré afirma que:

Existe burguesia onde a propriedade dos meios de produção social se concentrou nas mãos de uma classe, isto é, depois que essa propriedade foi arrancada dos elementos de outras classes e camadas sociais, depois que se gerou o capital, por via dessa concentração da propriedade dos meios de produção social, depois que se gerou o trabalho assalariado, que possibilita o aparecimento do capital. Mas a definição não se esgota nessa historicidade. Ela coloca um outro termo importante quando precisa que a burguesia é a classe dos capitalistas modernos, isto é, dos capitalistas de determinada etapa histórica, quando se completam as condições que permitem o aparecimento dessa classe, a época moderna, ou seja, a época em que tem acabamento a liquidação das relações feudais. (SODRÉ, 1983, p.12 - 13).

Entendem-se como meios de produção os materiais usados para qualquer tipo de trabalho e seu produto, já o modo de produção diz respeito à maneira como a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e como os distribui.

Com a solidificação da classe burguesa procurava-se implantar no Brasil o modo de vida europeu, juntamente com seus costumes e cultura. Dentre os interesses burgueses prevalecia a família como modelo social, em seguida, a riqueza e, por último, a influência política. As mudanças que vieram com a classe burguesa transformaram os costumes pela importação dos modelos burgueses e caíram singularmente sobre a mulher. Iniciava-se o declínio do pátrio poder.

2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA

No início do século XIX, nem mesmo as mulheres pertencentes à classe burguesa tinham acesso ao letramento. Muitas sequer sabiam ler ou escrever seus nomes, e por esse motivo não possuíam o hábito de escrever diários, o que de certa maneira dificulta a aquisição de dados sobre a intimidade da vida familiar desta época. Assim, os relatos que se têm foram registros feitos pelos viajantes estrangeiros que por aqui passaram. Conforme Habner (2012, p.44), “ao informar sobre a vida dessas mulheres, tais relatos vêm carregados dos preconceitos que os estrangeiros traziam de sua terra natal”.

Apesar das iniciativas de construção de cultura e de memória patrimonial, amplamente incentivadas pela Corte durante o projeto nacionalista, o período monarquista não avançou, significativamente, em termos de escolaridade. Ao longo do século XIX, a educação continuou bastante precária, ainda eram poucos os que podiam desfrutar da instrução.

Conforme Habner (2012), em 1872, por ocasião da publicação do primeiro censo nacional, a taxa de alfabetização era extremamente baixa: 19,8 % para homens e 11,5% para as mulheres, isto é, “os índices de analfabetismo de mulheres eram vários pontos percentuais maiores que os dos homens (quase nove pontos em 1872)”. Cabe ressaltar que não eram todas as meninas que tinham direito ao ensino, o que nos leva a inferir que esse percentual poderia ser bem mais significativo, pois “[...] a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar só foi autorizada em 1872 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras”(ROSEMBERG, 2012, p. 334). O letramento se restringia basicamente as pessoas que viviam na corte ou proximidades. “Na época, a nação, que era uma monarquia governada pelo imperador D. Pedro II, tinha uma população estimada em 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres” (BRASIL,1872). Diante do número populacional era pequena a porcentagem de pessoas que sabiam ler e escrever, portanto, o percentual apresentado anteriormente diz respeito à classe mais privilegiada, ou seja, à classe burguesa da zona urbana.

Ainda que a educação atingisse uma pequena parte da população, essa parcela arcava com os prejuízos na diferenciação educacional entre o sexo feminino e o masculino. Enquanto a instrução masculina era complexa, abrangente e emancipatória, a feminina era restrita “[...] em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe; o impedimento à continuidade nos estudos [...]” (ROSEMBERG, 2012, p. 334). Ou seja, voltada exclusivamente para aumentar as chances de um casamento bem-sucedido. A educação emancipadora não existia, a educação das mulheres mais abastadas era voltada para o casamento e seus afazeres como esposa e mãe.

A norma da instrução feminina envolvia todo tipo de habilidades manuais. As jovens eram preparadas para serem boas esposas, receber, articularem-se na sociedade e cuidarem das tarefas domésticas. Desse modo, as garotas que pertenciam à elite eram educadas com um único objetivo comum: torná-las atrativas ao casamento. “A educação das mulheres de classe alta era centrada na preparação de seu ‘destino final’ de esposa e mãe. Além disso, elas eram vistas como as guardiãs do lar e da família mantenedoras da ‘base moral’ da sociedade” (HABNER. 2012, p.57). A mulher era vista, naquele século, como a progenitora preparada para gerar e educar os filhos, sempre em uma posição de submissão ao homem.

A tradição decretava que a elevação social aconteceria com um bom casamento, por isso, o esmero dos pais estava na busca de um matrimônio lucrativo para ambas as partes. A educação era apenas um meio. Dentro desse contexto de submissão, a instrução feminina era

voltada para a vida em família. Tocar um instrumento musical, em especial o piano, e falar um segundo idioma, de preferência o francês, promoviam um certo status e chances de conseguir um casamento melhor.

Arend (2012) relata que, quando as meninas das famílias burguesas não frequentavam a escola, as aulas de escrita e leitura eram administradas por um preceptor e raras vezes pela mãe, quando esta possuía conhecimento para tal. Para as garotas que moravam no interior ou eram órfãs, havia o internato que as acolhia não por caridade, mas porque podiam pagar. Machado ilustra bem esse costume pela fala do narrador, já elaborando sua personagem Helena, “[...] Helena deu entrada em um colégio de Botafogo, onde recebeu apurada educação. O conselheiro a levou ali, dando-a como órfã de um amigo de Minas[...]”; como Helena não tinha parentes com a morte de sua mãe ela passa a viver no internato, “[...] Helena, entretanto não podendo estar só na mesma casa, foi removida para o colégio onde ficou residindo definitivamente. O conselheiro ia visitá-la todas as semanas” (ASSIS, 2010, p.270). Quando as crianças se tornavam órfãs, as pobres ficavam com familiares ou até mesmo conhecidos, e aquelas, como no caso de Helena, que tinham algum tipo de proteção – “dinheiro” – iam para internatos.

Conforme Habner (2012), os homens liam sobre filosofia e política, todos os gêneros. Às mulheres cabia uma leitura mais comedida, “devocional”, romances “água com açúcar”, que abordassem regras de etiqueta, noções de elegância e tivessem um fim moralizante. No romance *Helena* há uma passagem que ilustra essa cultura da leitura correta para mulheres e o poder do paternalismo na figura do irmão escolhendo que leitura poderia ser feita. Helena relata a Estácio como passara seu dia:

[...] – Fui procurar um livro na sua estante.
 – E que livro foi?
 – Um romance.
 – Paulo e Virgínia?
 – Manon Lescaut.
 – Oh! Exclamou Estácio. Esse livro...
 – Esquisito, não é? Quando percebi que o era, fechei-o e lá o pus outra vez.
 – Não é um livro para moças solteiras... (ASSIS, 2010, p.216).

Na metade do século XIX, havia poucos livros no geral e menos ainda à disposição das mulheres, já que as obras deveriam conter temas que a família e sociedade julgavam ser relevantes para a educação feminina. Essas leituras, portanto, confirmariam o ideal de educação burguesa e, por isso, não poderiam induzir as mulheres a pensar ou tirar conclusões

que os pais e maridos julgassem desnecessárias. Sendo assim, a maioria das leituras tornavam-se repetitivas. Podemos constatar isso em uma passagem do romance *Helena*:

[...] D. Úrsula, pachorrentamente sentada na poltrona de seu uso, ao pé de uma janela, a ler um tomo do Saint-Clair das Ilhas, enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da ilha da barra; boa gente e moralíssimo livro, ainda que enfadonho e maçudo, como outros de seu tempo. Com ele matavam as matronas daquela quadra muitas horas compridas do inverno, com ele se encheu muito serão pacífico, com ele se desafogou o coração e muita lágrima sobressalente. (ASSIS, 2012, p.209).

O narrador situa o leitor com impressões sobre as condições da vida social e a educação das mulheres no século XIX. As convenções em torno da sociedade burguesa estavam marcadas pela imposição do que era bom para a classe. Amarras e crenças dentro de limites bem estreitos impediam e limitavam a mulher. Uma pobreza de informação restringia a mulher a um estado de total dependência e submissão ao gênero masculino. Se a posição da mulher burguesa na sociedade era extremamente difícil, pode-se imaginar as dificuldades da mulher pobre e os tipos de humilhação que ela precisaria enfrentar para não perder sua integridade moral perante tanta adversidade.

2.2 O SISTEMA PATERNALISTA¹

O presente subitem aborda o sistema social vigente na época da história e sua publicação. Como será demonstrado mais adiante, o romance *Helena* inicia com uma imposição do patriarca: “o conselheiro declarava reconhecer uma filha natural, de nome Helena, [...] declarada herdeira da parte que lhe tocasse de seus bens, e devia ir viver com a família” (ASSIS, 2010, p.206). Creio que a crítica de Machado aqui é que o que torna um sistema ruim ou bom depende da forma como ele é conduzido e usado. Nesse caso, que fique bem claro, a atitude do conselheiro ajuda a entender que, algumas vezes, “os meios justificam os fins”, na ficção de Machado “os meios” são os artifícios para produzir sentido na trama.

Na vida real, nós quase nunca sabemos os motivos autênticos que levam um indivíduo a agir de determinado modo, mas, na ficção, as causas e consequências são todas reveladas, talvez seja por esse motivo que se pode “aceitar” um sistema tão opressor. “[...] Os motivos profundos da ação dos seres, no romance estes nos são desvendados pelo romancista, cuja

¹Roberto Schwarz usa o termo “paternalismo” em seus estudos sobre Machado, sobretudo no livro “Ao Vencedor as Batatas” (2000). Embora o termo mais comumente usado seja “patriarcalismo” ou “patriarcal”.

função básica é, justamente ilustrar o jogo das causas, descendo a profundidades reveladoras do espírito” (CANDIDO, 1976, p. 66). À medida que o romance evolui, percebe-se o que estava por trás da atitude do conselheiro Vale quando reconhece Helena como sua filha e impõe a sua vontade senhorial perante a família.

Conhecedor da sociedade de seu tempo e calculando as dificuldades que aquela pobre criança órfã teria, o conselheiro Vale faz uso do autoritarismo e sua família é impelida a acatar e cumprir sua vontade, mesmo após sua morte. Há nesse gesto uma nobreza moral que não pode ser negada. “A vida do conselheiro, marchetada de aventuras galantes, estava longe de ser uma página de catecismo; mas o ato final bem podia ser a reparação de levandades amargas” (ASSIS, 2010, p.206). Não apaga seus erros nem o exime de suas culpas, mas deixa claro que ele buscava a reparação e usa a arma que tem, que é seu poder patriarcal.

Passos (2007, p. 56) afirma que a gênese da família do século XIX foi indubitavelmente o tema principal do romance brasileiro e da literatura de Machado, que, desde seu início, voltou-se para essa instituição e a intimidade da mesma. Na família brasileira do século XIX, “[...] os valores patriarcais, que remontam o período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos” (SCOTT, 2012, p. 16). Prevalencia o sistema paternalista, vigorava a vontade do pai – o chefe da família, sua opinião era suprema e todos os problemas da família precisavam do aval e aprovação do patriarca.

Como as obras de Machado voltavam-se para a família, ele se posicionava através de seus personagens, amenizando os conflitos ou tentando contorná-los. Para Schwarz (2000, p. 83), “Machado se ligava à pequenez da reação europeia de cunho católico que persistia da ‘santidade das famílias’ e no recato da pessoa contrariando seu direito”. Não bastasse o sistema vigente impondo a servidão à igreja, também tomava posição para reforçar uma ideia de dominação. “[...]Os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina” (HABNER, 2012, p.48). Machado inicia sua carreira escrevendo de acordo com o modelo liberal. Mais tarde, ele iria mudar de pensamento tornando-se um antiliberal, as razões dessa mudança não foram bem esclarecidas.

Dentro desta doutrina autoritária surgia o modelo de família que a sociedade deveria seguir e cultivar. “*A família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida*” (SCHWARZ, 2000, p.89. grifo do autor). Esse autoritarismo refletia, de modo especial, na mulher da sociedade elitizada que deveria seguir e cumprir a vontade do chefe da família, no caso o pai e senhor. Como eram poucas famílias em posição mais abastada, os matrimônios se realizavam entre parentes, primos, tios e sobrinhas. “Os

casamentos 'arranjados' facilitavam a manutenção da linhagem e asseguravam a concentração de terras e demais propriedades nas mãos de poucas pessoas e grupos" (HABNER, 2012, p.48). Assim, a mulher se tornava um mero objeto de troca e lucro.

Na obra *Helena*, Machado alude a esse aspecto de disparidades sociais. Enquanto D. Úrsula se preocupava com a origem de Helena, pois não se sabia nada a respeito da mãe, uma sombra pousava sobre Helena. Estácio, por sua vez, “não se preocupou muito com isso, certo de que eles saberiam levantar a filha até à classe que ela ia subir” (ASSIS, cap. II). O preconceito com as pessoas de classes menos favorecidas estava velado nesta concentração de poder.

Meninas eram consideradas mulheres feitas e tinham permissão até da igreja para a realização do matrimônio. Digo meninas, pois Habner (2012, p.49) afirma que, com a idade entre 13 ou 14 anos, já lhes era permitido o matrimônio com homens mais velhos, bem mais velhos. "As opções de vida disponíveis às mulheres da elite estavam intimamente ligadas aos interesses de sua família", (HABNER, 2012, p.48). A única era o casamento e esse deveria ser de acordo com a vontade do pai, na falta deste, a outro membro caberia esta tarefa de arranjar um casamento ideal.

Conforme D’Incao (2004), enquanto a mulher vivia para o lar e suas atividades internas, o homem realizava as atividades externas. As tarefas das mulheres eram voltadas para os afazeres domésticos, educação dos filhos e cuidados com o marido. O homem vivia fora de casa e a mulher vivia para o lar e seu bom andamento. Enquanto solteira, a conduta da mulher era vigiada pelo pai e, depois de casada, pelo marido, sempre contando com o aval da sociedade que era participante dessa vigília. Ou seja, os olhos de todos eram sempre voltados para a mulher não no sentido estrito do cuidado e proteção, mas no sentido de opressão e submissão.

3 A PERSONAGEM HELENA

O presente capítulo trata da construção da personagem Helena. Com o respaldo teórico de Candido (1976), Brait (2017) e Maingueneau (2013), descrevo e analiso a maneira com que Machado, pela linguagem, discurso, do narrador, cria a personagem dentro do contexto social da época.

O enredo do romance *Helena* tem início com a morte do conselheiro Vale. Na abertura de seu testamento, a família toma conhecimento de uma filha ilegítima, Helena, que, conforme o documento deverá ir morar com a tia, D. Úrsula, e o irmão, Estácio. A moça chega a casa e, em pouco tempo, conquista a todos, com exceção do doutor Camargo, amigo da família e futuro sogro de Estácio. Estácio e Helena apaixonam-se e surge a ideia do incesto. Posteriormente, Estácio descobre que seu pai mentira, Helena não era sua irmã de sangue. Helena envergonha-se de ter compactuado com a mentira e sofre. Deseja estar com Estácio, mas o padre Melchior interfere, argumentando que a memória do conselheiro não pode ser maculada e eles não podem ficar juntos. Helena adoece e morre no final.

O poder de caracterização é do criador da obra, o romancista. Efetivamente, o universo interno da narrativa se configura por meio dos “elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a personagem, de maneira a que ela possa dar a impressão de vida, configurando-se ante o leitor” (CANDIDO, 1976, p.59). A perícia da elaboração do romance cabe ao autor. Mas para Brait (2017) é na delicadeza e na competência que o escritor possui em perceber o mundo e retirar dele o andamento e o enredamento do ser, e reproduzi-lo na elaboração da linguagem que encarna o real.

Desse modo, Brait afirma que o autor age

como um bruxo que vai dosando porções que se misturam num mágico caldeirão, o escritor recorre aos artifícios oferecidos pela linguagem, a fim de engendrar suas criaturas. Quer elas sejam tiradas de sua vivência real ou imaginária, dos sonhos, dos pesadelos ou das mesquinharias do cotidiano, a materialidade desses seres só pode ser atingida por meio de um jogo de linguagem que torne tangível a sua presença e sensíveis os seus movimentos. (BRAIT, 2017, p. 73).

Já Gancho (2004) afirma que o narrador é parte constituinte que organiza as outras peças, é o mediador entre o que é narrado e o autor, entre o narrado e o leitor. Como o romance é de natureza ficcional, a verossimilhança é a coerência, essência do enredo, que o torna real para o leitor. A obscuridade do ser ficcional provoca a impressão de que enredo e personagem são uma coisa só, essa confusão, por assim dizer, se deve ao fato de que a organização do

enredo está intrinsecamente ligada à personagem. Enredo e personagem expressam os objetivos do romance, os significados e as “ideias” que formam um conjunto de elaboração técnica. Para Candido, é nesse contexto criado pelo autor, e descrito na voz do narrador, que a personagem cresce e conquista o leitor pela empatia. “O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam. [...] A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos” (CANDIDO, 1976, p. 53).

A construção da personagem e sua essência estão atreladas às intenções do romancista: o que quer exprimir e qual mensagem ele deseja passar ao leitor. Às vezes, o romancista deseja expressar sua ideologia através da personagem ou fazer críticas ao sistema social e aos costumes, “[...] a personagem é, basicamente, uma composição verbal, uma síntese de palavras, sugerindo certo tipo de realidade” (CANDIDO, 1976, p.78). Em vista disso, o romancista imagina, então, uma personagem com as características do padrão social vigente e as ideais que deseja transmitir.

A composição estabelecida atua como uma espécie de destino, que determina e sobrevoa, na sua totalidade, a vida de um ser; os contextos adequados asseguram o traçado convincente da personagem, enquanto os nexos frouxos a comprometem, reduzindo-a à inexpressividade dos fragmentos. [...] cada traço adquire sentido em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade depende, sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos. (CANDIDO, 1976, p. 79-80).

Helena é narrada em terceira pessoa, neste tipo de narrativa o narrador não está envolvido com a história. A particularidade distinta do narrador onisciente intruso, como o próprio nome diz, é a sua intromissão na história narrada, através de comentários sobre a vida, os hábitos e a moral das personagens. O narrador intruso insinua possibilidades. Brait explica que

a narração em primeira ou terceira pessoa, a descrição minuciosa ou sintética de traços, os discursos direto, indireto ou indireto livre, os diálogos e os monólogos são técnica escolhidas e combinadas pelo escritor a fim de possibilitar a existência de suas *criaturas de papel*. Dependendo de suas intenções e principalmente de sua perícia, ele vai trabalhar o discurso, a linguagem, construindo essas criaturas, que, depois de prontas, fogem ao seu domínio e permanecem no mundo das palavras à mercê dos delírios que a escritura possibilita aos incontáveis leitores. (BRAIT, 2017, p. 90).

Desse modo, a desenvoltura e a habilidade do autor em conjunto com o tipo de narrador somam à estruturação da personagem, juntamente com o discernimento de mundo

com que o romancista elabora e concebe sua personagem em conformidade com o contexto social. O narrador descreve Helena como uma moça possuidora das qualidades que as convenções sociais exigiam. Embora ela fosse pobre, não poderia sofrer depreciação, pois possuía “qualidades” exigidas pelo meio social ao qual passaria a fazer parte. “Não falo da voz magnífica de contralto, [...] era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis” (ASSIS, 2010, p. 212). O narrador no romance representa o ideal feminino desejado pela sociedade conforme as normas da época.

Era uma moça de dezesseis a dezessete anos, delgada sem magreza, estatura um pouco acima da mediana, talhe elegante e atitudes modestas. A face, de um moreno-pêssego, tinha a mesma imperceptível penugem da fruta de que tirava a cor [...]. As linhas puras e severas do rosto pareciam que as traçara a arte religiosa. Se os cabelos, castanhos como os olhos, em vez de dispostos em duas grossas tranças lhe caíssem espalhadamente sobre os ombros, e se os próprios olhos alçassem as pupilas ao céu, disséreis um daqueles anjos adolescentes que traziam a Israel as mensagens do Senhor. (ASSIS, 2010, cap. III, p.210).

O narrador machadiano faz a descrição de Helena traçando um perfil angelical para a moça, buscando no uso da linguagem “linhas puras” e “a arte religiosa” a verossimilhança que cativa o leitor, já que, na época da publicação da obra, esse era o perfil idealizado pela sociedade para as mulheres, ou seja, uma mulher com qualidades físicas que remetesse à santificação, mulheres essas que constituíam o público alvo de Machado. Também percebe-se a retidão com que o narrador desenha a personalidade da moça com uma pitada de desconfiança, pois, a moça possuía uma constituição duvidosa, não se sabia nada a respeito da mãe da jovem. E em tempos que os interesses financeiros ditavam as regras sociais, um pouco de parcimônia não fazia mal a ninguém. De acordo com Candido,

se as coisas *impossíveis* podem ter mais efeito de veracidade que o material bruto da observação ou do testemunho, é porque a personagem é, basicamente uma composição verbal, uma síntese de palavras, sugerindo certo tipo de realidade. Portanto, está sujeita, antes de mais nada, às leis de composição das palavras, à sua articulação em sistemas expressivos coerentes, que permitem estabelecer uma estrutura novelística.[...] Condição fundamental na configuração da personagem porque a verdade da sua fisionomia e do seu modo-de-ser é fruto, menos da descrição, e menos da análise de seu ser isolado, que da concatenação da sua existência no contexto. (CANDIDO, 1976, p.78, [grifo do autor]).

Helena chegou na chácara do Andaraí contra sua vontade e precisou se adaptar a nova situação. Detentora da realidade que a colocara no seio da família Vale, a moça cumpria seu papel de modo exemplar, a educação recebida no colégio, onde passou alguns anos, a preparou

bem. Em sua descrição o narrador dá sinais de que algo incomodava Helena, ela não estava confortável com a situação: “posto forcejasse por estar senhora de si, não conseguia vencer de todo o natural acanhamento da ocasião. Mas, se o não venciam de todo, podiam ver-se através dele certos sinais de educação fina” (ASSIS, 2010, p. 209).

Helena permitiu-se um tempo de adaptação à nova vida, “passou os dias seguintes à chegada na chácara, fechada no quarto lendo” e “alguma vez desceu a jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa, apenas com um sorriso pálido e fugitivo nos lábios” (ASSIS, 2010, p.210). Porém, passados os primeiros dias, Helena era outra pessoa, “a palavra saía-lhe mais fácil, seguida e numerosa; a familiaridade tomou o lugar do acanhamento”. A moça não se sentia a vontade com a nova vida, isso é fato, e o leitor sabe disso porque o narrador descreveu o eu interior de Helena, ou seja, faz a focalização interna da personagem.

O narrador faz uma representação dúbia da personalidade de Helena com sua capacidade de dissimulação e adequação que, às vezes, aos olhos de Estácio parecia “mais calculada que espontânea” e “uma só coisa pareceu menos aprazível ao irmão: eram os olhos, ou antes o olhar, cuja expressão de curiosidade sonsa e supeitosa reserva foi o único senão que lhe achou, e não era pequeno”(ASSIS, 2010, p.212). Para Passos (2007, p.69), “a dissimulação, no entanto, é mais do que o mero fingimento; é uma habilidade, um modo particular de perceber e organizar as ações. A dissimulação mimetiza o caráter irônico que as relações sociais possuem”. O disfarce em Helena se fazia necessário, pois ela sabia que fazia parte de uma farsa, então, a máscara se torna uma condição de adequação ao momento que vive.

O indivíduo se comporta moralmente no quadro de certas relações e condições sociais determinadas que ele não escolheu, e dentro também de um sistema de princípios, valores e normas morais que não inventou, mas que recebeu socialmente e segundo o qual regula as suas relações com os demais ou com a comunidade inteira. (SÁNCHEZ.2008, p. 70).

Helena vai conquistando, aos poucos, todos os amigos da família, pois, “além das qualidades naturais, possuía algumas prendas de sociedade”, cantava mas ainda não o fizera devido à memória do conselheiro. “Era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis” (ASSIS, 2010, p. 212). Diante de seus dotes e prendas sociais, a desconfiança some aos poucos. Todos foram conquistados pela simpatia da jovem. À medida que Helena cresce na obra, pela voz do narrador, cresce também aos olhos do leitor.

Helena praticava de livros ou de alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida, sem entono ou vulgaridade. Havia nela a jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes. (ASSIS, 2010, p. 211-212).

Helena tinha uma postura, além de bem educada sabia como se portar nesse novo ambiente, sentia a necessidade de se fazer e de ser agradável para com todos. Para Passos (2007, p.66), “a dissimulação é para Helena o resultado de uma estratégia de sobrevivência que lhe permite transitar em outro nível social”. O objetivo da moça não era a apropriação dos bens que ela bem sabia não lhe pertenciam, mas já que era da vontade do conselheiro que ela ali estivesse, resigna-se e os aceita.

Candido (1976, p.58) diz: “no romance a interpretação da personagem pelo leitor pode variar, mas o traço que o escritor fez para essa personagem tem seus limites predeterminados, que moldam seu modo de ser e agir, delineando a linha de sua vivência e índole”. Pela palavra do narrador percebe-se como o autor traça essa linha. Helena foi, então, recebida com certa desconfiança e hesitação. Porém, passados alguns dias “Helena podia-se dizer-se consolidada. D. Úrsula não cedera de todo, mas a conveniência ia produzindo seus frutos” (ASSIS, 2010, p. 212). Embora, a chegada de Helena tenha despertado o sentimento da usurpação, ela não se comporta como tal, ao contrário, é uma personagem extremamente resiliente e se adequa às situações com desenvoltura.

Helena tinha predicados próprios a captar a confiança e a afeição da família. Era dócil, afável, inteligente. Não eram estes, contudo, nem ainda a beleza, os seus dotes por excelência eficazes. O que a tornava superior e lhe dava probabilidade de triunfo, era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda a casta de espíritos, arte preciosa, que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres. (ASSIS, 2010, cap. IV, p. 211).

Em vista disso, o narrador deixa claro que a personagem possui virtudes. Esses recursos de caracterização que o romancista administra para elaborar a personagem, criá-la, são os responsáveis pela impressão de que a personagem vive, provocando no leitor o sentimento de verossimilhança. Desse modo, a personagem, se comparada ao ser vivo, é mais coesa e mais precisa, sem que isso lhe impeça de ser profunda.

Conforme Candido (1976, p.79), “o detalhe sensível é um elemento poderoso de convicção”. Havia algo oculto em Helena que não passou despercebido de Estácio: “eram os olhos, ou antes o olhar”. (ASSIS, 2012, p. 210). O “detalhe sensível” do “olhar” nas personagens machadianas é recorrente. Nesse sentido pode-se inferir o quão significativo era o olhar e o quão revelador esse poderia ser. A desconfiança e a oscilação constante na fala do

narrador, produzem a sensação do real. Enquanto narra que Estácio aceita Helena, mas suspeita da mesma, essa fala do narrador também produz no leitor uma atitude de suspeita, isto se deve ao trabalho do romancista que ordena e ilustra a personagem penetrando nas profundezas reveladoras do seu espírito.

A verdade da personagem, como personagem de papel, está associada a paradigmas propostos pela observação e a descrição dos pormenores aliada à coesão da estrutura, juntamente com as características próprias da personagem. Candido (1976, p. 69) afirma que “a personagem é um ser fictício; logo, quando se fala em *cópia* do real, não se deve ter em mente uma personalidade que fosse igual ao ser vivo, o que seria a negação do romance”. A personagem precisa provocar no leitor a ilusão do real. Assim, não importa para o leitor se a personagem foi criada, inventada a partir de um ser real pelo escritor, o segredo da procedência de criação da personagem é conveniente para o estudo da técnica de caracterização e para o estudo da relação entre criação e realidade.

À medida que o romance de Machado flui, as suspeitas do leitor crescem em relação à protagonista, pois o narrador lançou a semente da desconfiança e, então, uma questão surge: como pode uma moça de origem simples se adaptar a um mundo tão adverso ao seu, seria possível que na vida real do escritor ele tivesse conhecido alguém com tanta presença de espírito diante das adversidades? Candido (1976) tem uma resposta: a constituição da personagem depende da função que ela exerce na estrutura do romance, é mais uma questão de organização interna que de contrapartida à realidade exterior. Quando o narrador induz o leitor a desconfiar de Helena, ele já sabe o seu destino, e assim o faz para manter o leitor preso ao romance até seu momento final. A subversão da personagem está atrelada à função moralizante da personagem no romance.

Helena refletia sobre sua vida e, apesar da pouca idade, tinha ideias próprias, “suas falas exprimiam, ora a sensibilidade romanesca, ora a reflexão da experiência prematura, e iam direto à alma do irmão, que se comprazia em ver nela a mulher como ele queria que fosse [...]” (ASSIS, 2010, p. 218). Estácio encontra em sua irmã a mulher idealizada, retidão de caráter, conduta ilibada. O tempo passa e Helena está em paz, mas Estácio com seu zelo extremado não se dá conta que não é somente carinho de irmão, ele apaixonou-se pela irmã.

Estácio, entretanto, não ficava todo entregue aos livros; admirava a solicitude da irmã, a ordem e o cuidado com que ela o auxiliava. Helena parecia não andar. [...] Era assim que as horas se passavam na intimidade mais doce, e que a recíproca afeição ia excluindo toda a preocupação alheia; era assim que a influência de Helena assumia as proporções de voto preponderante. (ASSIS, 2010, p.224).

Helena parecia prever esse desenlace. Já no início da trama tentou evitar ficar a sós com Estácio, nesta passagem podemos verificar a retidão do caráter da moça. Dias após sua chegada à casa D. Úrsula disse: “se quer conhecer a chácara, seu irmão pode conduzi-la. Helena, entretanto, recusou. Irmão, embora, era a primeira vez que o via, e, ao que parece, a primeira que podia achar-se a sós com um homem que não fosse seu pai” (ASSIS, 2010, p.210). Helena foi prudente quando tentou manter uma distância física, mas isso não evitou que o sentimento nascesse no coração de ambos, talvez temesse, ou até presentisse o que viria acontecer.

Tempos depois a tia, D. Úrsula, adoeceu e Helena não mediu esforços para cuidar da tia e após essa se restabelecer e abraçá-la em sinal de agradecimento insiste que Estácio também o faça. Então, “Estácio inclinou-se para Helena, a fim de lhe pousar na fronte o casto ósculo de irmão. Não conseguiu, porque Helena, desviando o busto, estendeu-lhe sorrindo a mão esquerda [...]. Estácio apertou-lhe a mão, e sentiu-lhe trêmula” (ASSIS, 2010, p.226).

Embora o narrador, nos primeiros capítulos do romance, deixasse sempre uma dúvida no ar em relação à verdadeira personalidade de Helena, quando o envolvimento entre os irmãos começa a dar sinais a insinuação inicial desaparece, dando lugar à descrição da retidão da moça, mostrando, assim, seu lado virtuoso. O narrador inculcou a dúvida no leitor para melhor envolvê-lo na narrativa. Primeiramente a moça é demasiado meiga, depois, a jovem passa quase que a conquistadora e, ao final, a verdadeira Helena emerge e mostra sua essência. Desse modo, a ambiguidade inicial se desfaz e a moral da personagem vem à tona. Tudo era um jogo de ilusão para com o leitor do romance. Machado mostra então o valor e os princípios que todos os seres humanos deveriam ter, criticando a sociedade de seu tempo que parecia se esquecer de princípios tão fundamentais.

A conduta de Helena como “dissimulada” frisada pelo narrador e até criticada no início da narrativa se desfaz. A “dissimulação” aparece, então, como um requisito necessário para a evolução da trama. Agora o narrador ameniza o “disfarce” e, nas atitudes de Helena, começa a revelar a verdadeira face da moça, como podemos verificar na seguinte passagem, após ser chantageada pelo doutor Camargo durante uma festa:

Helena recolheu-se à pressa com o pretexto de que estava a cair de sono, mas realmente para dar à natureza o tributo de suas lágrimas. O desespero comprimido tumultuava no coração, prestes a irromper. Helena entrou no quarto, fechou a porta, soltou um grito e lançou-se de golpe à cama, a chorar e a soluçar. A beleza dolorida é dos mais patéticos espetáculos que a natureza e a fortuna podem oferecer à contemplação do homem. Helena torcia-se no leito como se todos os ventos do infotúnio se houvessem desencadeado sobre ela. Em vão tentava abafar os soluços,

cravando os dentes no travesseiro. Gemia, entrecortava o pranto com exclamações soltas, enrolava no pescoço os cabelos deslaçados pela violência da aflição, buscando na morte o mais pronto dos remédios. Colérica rompeu com as mãos o corpinho do vestido; e o jovem seio, livre de sua casta prisão, pôde à larga desafogar-se dos suspiros que o enchiam. Chorou muito; chorou todas as lágrimas poupadas durante aqueles meses plácidos e felizes, leite da alma com que fez calar a pouco e pouco os vagidos de sua dor. (ASSIS, 2010, p.235).

O narrador desse ponto em diante da narrativa dá a impressão de que está defendendo a personagem, revelando a verdadeira “Helena”. O ponto de vista do narrador em relação à personagem muda. Para Brait (2017, p.77), "o escritor habilidoso encontra formas de acoplar recursos à narrativa em terceira pessoa de modo a tornar suas criaturas verossímeis". Ao dizer como Helena se sentia e descrever seu estado de aflição, "o narrador [...] simula um registro contínuo, focalizando a personagem nos momentos precisos que interessam ao andamento da história e à materialização dos seres que a vivem" (BRAIT, 2017, p.77). O intuito do narrador é a construção moral da personagem.

A sensibilidade de um escritor, a sua capacidade de enxergar o mundo e pinçar nos seus movimentos a complexidade dos seres que o habitam realizam-se na articulação verbal. Neste mundo de palavras, nessa combinatória de signos, o leitor vai se alfabetizar, vai ler o mundo e decifrar a sua existência. (BRAIT, 2017, p. 89).

A partir da passagem transcrita acima, a narrativa atinge o pico do conflito e caminha para a resolução do mesmo. Helena, o centro desse conflito, caminha numa direção que não tem volta e a situação pode ser remediada pelos laços do matrimônio. Porém, a união não será de casais que se amam, será de casais que se respeitam, pois, os que se amam são “irmãos”, com um agravante, novamente Helena se submeteu a vontade de terceiros, sufocando seu desejo. É um momento crítico da personagem, no entanto, sua conduta é exemplarmente ética.

Helena, procurando ser justa com todos, se esquece de si própria, e procura o padre Melchior para mostrar-lhe a carta que recebera de Estácio. A atitude de Helena demonstra a submissão a qual estava submetida. Na falta de um pai e na ausência do irmão e sendo esse a causa de sua inquietação, Helena pede uma luz ao padre, que após ler a carta, “entre os dois estabeleceu-se um silêncio que os acrabunhava e que não ousavam romper; como subjugados por um mistério, receava cada um deles que o outro lho lesse na frente; instintivamente desviaram os olhos” (ASSIS, 2010, p.244). Novamente, a doce Helena está indefesa à merce da sujeição da vontade alheia.

A elaboração da personagem, como um ser de palavras que vive, foi amplamente tratada nesse capítulo, porém, as palavras do narrador continuam a agregar à personagem

uma forma de ser e de agir. Desse ponto em diante a “moral”, o caráter da protagonista se sobressaem. No próximo capítulo abordo a “moral”, descrevo o comportamento ético, por assim dizer, da personagem. Esse foi meu ponto de vista sobre a personagem e como a obra repercutiu sobre mim. Procuro, nas palavras de Brait, um aval para a minha interpretação:

Mas, se a construção de uma personagem, o conjunto dos traços que compõem a sua totalidade, permite inúmeras leituras, dependendo da perspectiva assumida pelo leitor, assim como das linguagens e das singularidades estilísticas utilizadas em determinados momentos para a viabilização dessas leituras, isso não significa que a dimensão da personagem seja ditada unicamente pela capacidade de análise e interpretação do leitor. (BRAIT, 2017, p.89).

Portanto, a interpretação é sempre de base teórica desde que esteja dentro de um sentido coerente em relação à obra apresentada. As palavras constituem a personagem, ou seja, a personagem é um construto linguístico, assim, como o homem se constitui na e pela linguagem. A linguagem promove, dá o sentido tanto na vida ficcional como na vida real. Desse modo, o estilo da linguagem corrobora para a edificação do caráter moral de Helena, que será tratada no próximo capítulo.

4. A CONSTITUIÇÃO MORAL DA PERSONAGEM

Pelo exposto até o momento, percebe-se claramente que o autor cria sua personagem através da linguagem: é através da escolha pormenorizada do léxico que o romancista obtém o sentido desejado para simbolizar a essência da personagem quando a descreve e revela seus pensamentos, projetando, desse modo, para o leitor, a personalidade virtuosa que está construindo dentro da ética e da moral.

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (SÁNCHEZ. 2008, p. 84, [grifos do autor]).

Machado mostra o quanto o comportamento dos pais de Helena a influenciou em relação a sua atitude ser ou parecer dissimulada. Ela era apenas uma criança quando viveu e presenciou fatos que contribuiriam para sua formação. “A pressão de todos os instantes que sofre a criança é a própria pressão do meio social tendendo a moldá-la à sua imagem, pressão de que tanto os pais quanto os mestres não são senão representantes e intermediários” (Spencer, apud Rodrigues, 2008, p.49). Uma criança aprende mais pelo exemplo do que por palavras.

Ângela, mãe de Helena, mentiu para ela e para o conselheiro dizendo que o pai da menina, seu marido, falecera. Quando o pai de sangue surge, Helena se vê entre sentimentos antagônicos, pois esse lhe pede: “minha filha, faze de conta que não me viste; morri para ti e para o mundo”. Pouco tempo depois, para Helena ser aceita no colégio “o conselheiro a levou ali, dando-a como órfã de um amigo de Minas; Ângela, que se dera por sua tia, ia buscá-la aos sábados” (ASSIS, 2010, p.270 – 271). Toda vez que alguém próximo da menina mentia, ela presenciava a ação e conseqüentemente a encenação, ou seja, cresceu cercada pela mentira e dissimulação. Embora fosse protagonista, Helena precisava deixar transparecer o que os outros queriam, não o que de fato trazia no coração, assim, não conseguia protagonizar a própria vida.

Com a morte do pai adotivo, o conselheiro, novamente, uma pessoa de suas relações íntimas envolve-a em uma mentira. Mas a ocultação da verdade, nesse caso, é mais grave, pois essa inverdade lhe renderia dividendos e uma posição social, e, além disso, estava registrada em cartório. Embora a atitude do conselheiro tenha sido a de protegê-la, também a

colocou em uma situação desconfortável, pois Helena não estava de acordo, ela pensava com a sua própria cabeça, porém, não tinha como desfazer o testamento, pois era uma simples órfã. E o conselheiro Vale era de família tradicional, tinha nome, berço, e o respeito da sociedade, portanto, reverter sua vontade, registrada em cartório, sem provas concretas era algo impossível. Machado trouxe para a ficção os conflitos morais que colocam a pessoa real, de conduta reta quanto aos valores universais, representada na personagem, em uma encruzilhada, entrando assim em sofrimento psíquico, não conseguindo conviver com inverdades dessa dimensão.

No caráter de um indivíduo se manifesta a sua atitude pessoal com respeito à realidade e, ao mesmo tempo, um modo habitual e constante de reagir diante dela em situações análogas. Dele fazem parte os traços que derivam da sua constituição orgânica (estrutura emocional, sistema nervoso etc.); contudo, o caráter se forma, sobretudo, sob influência do meio social e no decorrer da participação do indivíduo na vida social [...]. O caráter não é, pois, algo constitucional ou invariável, mas algo adquirido, modificável e dinâmico. (SÁNCHEZ, 2008, p. 213).

Embora tenha crescido sob a ascendência do caráter um tanto duvidoso dos pais, a protagonista era possuidora de virtudes. Mesmo não concordando com as resoluções paternas, Helena se viu compelida a moldar seu caráter à nova circunstância, fato esse que contribui para parecer-se dissimulada em algumas passagens do romance, por exemplo: “disseram que a alma da moça era uma espécie de comediante que recebera da natureza ou da fortuna, ou talvez de ambas, um papel que a obrigava a mudar continuamente de vestuário” (ASSIS, 2010, p. 220). A capacidade de dissimulação não significa que seja um ser mascarado. Conforme Passos (2007, p.208), “a importância da dissimulação, não como possibilidade do sujeito, mas como condição necessária para a satisfação das suas aspirações”, era uma característica das heroínas machadianas, na primeira fase. Pode-se dizer que Helena descobriu bem cedo o que é viver de aparências. Sendo assim, o seu dissimular deve ser encarado, pelo leitor, como uma habilidade positiva e não como falta de caráter, pois lhe permitiu sobreviver ao ambiente hostil que encontrou na sociedade que se negava aceitá-la, o “dissimular” facilitou a interação social naquela circunstância.

Para Sánchez (2008, p. 206) “o caráter do indivíduo está sob o influxo do meio social em que vive e age, seus traços de caráter – e, com eles, as suas virtudes morais – não se podem dar ou adquirir fora deste meio social”. Como a influência do ambiente social sobre o indivíduo no século XIX era muito forte, e ainda hoje tem uma certa influência, pode-se entender o modo de agir e o comportamento de Helena, que era empurrada pelos outros para dentro de situações das quais ela não queria participar. Assim, temos em *Helena* um enredo

que pode ser enquadrado dentro do contexto que Durkheim denominaria de “fato social”. Conforme Musse (apud Durkheim, 2007, p.15), os fatos sociais são os modos de pensar, sentir e agir de um grupo social. Embora sejam exteriores às pessoas, eles são introjetados pelos indivíduos e exercem sobre eles um poder coercitivo que é “um dos critérios mais importante para a identificação do fato social”. Helena foi pressionada, “obedeceu à vontade de seus dois pais, aceitando o equívoco em que ambos a vieram colocar. Obedeceu à força” (ASSIS, 2010, p. 272). Vivia em uma sociedade cujo sistema social vigente, o paternalismo, era totalmente autoritário e mascarado pelos laços de sangue. E, no caso da personagem, que estava cercada de duas figuras paternas, o peso que lhe era impelido, com certeza, era muito maior.

Quando, no romance, Salvador, pai biológico de Helena, relata a Estácio e ao padre Melchior toda a verdade, ele conta que a princípio ficara consternado com a morte do conselheiro, mas confessou também que se sentiu livre, pois teria sua filha somente para si. Salvador relatou, também, o posicionamento de Helena, disse que ela se sentiu enaltecida e grata ao conselheiro quando soube do testamento e repetiu as palavras da filha: “reconheceu-me; deu-me família e futuro; levantou-me aos olhos de todos e aos meus próprios” (ASSIS, 2010, p.211). Porém, relatou que ela se negava a aceitar. Conhecedora da verdade Helena queria que todos tomassem conhecimento e entendia que se aceitasse a herança prejudicava outros, no caso Estácio e D. Úrsula. “Entre a herança e o dever, dizia ela, escolho o que é honesto, justo e natural” (idem). Mas, novamente, Helena precisa tolerar a vontade alheia.

Percebemos que enquanto Salvador faz seu relato, ele busca nas palavras tanto suas quanto de sua filha a isenção dessa: “busquei persuadi-la com reflexões e súplicas”, Helena se negava com veemência. Porém, diante de toda a insistência do pai biológico, Helena “cedeu somente à necessidade da obediência, à imagem de sua mãe que eu invoquei, [...] à fiança que lhe dei de que a acompanharia sempre, [...] onde quer que o destino a levasse” (ASSIS, 2010, p.271-272). Desse modo, Salvador a desobrigou da usurpação e da falta de moral levantada sobre a mesma pelos passeios matinais, assim, a imagem da jovem que, aos olhos de alguns, parecia suspeita, incorrendo na falta de ética como usurpadora fica livre de qualquer suspeita e responsabilidade, já que a transgressão fora de seus “pais”.

Conforme Maingueneau (2013), a imagem, *ethos*, de Helena, ao longo da narrativa vai sendo construída nas cenas de fala do narrador e de outros personagens. Desse modo, os enunciados provocam no leitor um *ethos*, ideia intuitiva, da personagem. Fica claro um tipo de *ethos* no início da obra, mas em seu transcorrer ele se modifica, isso se deve ao *ethos* da personagem ser instável. Para Maingueneau (2013, p. 107), “a eficácia do *ethos* se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explícito no enunciado”. É

um recurso usado pelo escritor que causa uma impressão sobre o caráter da moça que é colocada de forma duvidosa pelo personagem Estácio e corroborada na fala do narrador, porém, nos capítulos finais o verdadeiro caráter da jovem vem à tona e a virtude moral se solidifica. No parágrafo anterior isso pode ser constatado no diálogo esclarecedor de Salvador com Estácio e o padre Melchior, a revelação da verdade é no intuito de livrar a face da moça, principalmente, para que a culpa não lhe seja imputada, dando o sentido ao romance.

A influência, tanto do meio social quanto do pai biológico, pesou sobre Helena, de modo que o desenlace é trágico. E o convencimento do leitor, em relação a essa questão, se dá nas palavras narradas, ou seja, pelo poder de persuasão do discurso do narrador. Cansada de tanta mentira, Helena se vê liberta com a morte do conselheiro, mas seu pai natural interfere e Helena se vê obrigada a continuar uma vida de mentiras que não queria e não lhe pertencia. Sánchez (2008, p.73) afirma que “inclusive quando pensa que decide sozinho no santo recesso da sua consciência, o indivíduo não deixa de acusar a influência do mundo social de que é parte e, a partir de sua interioridade, tampouco deixa de falar à comunidade social à qual pertence”. O meio social sempre teve, tem e terá um peso na vida de todos os indivíduos, muitas escolhas são pré-determinadas pela sociedade.

A influência dos pais sempre foi constante na vida de Helena. Como criança, obviamente, devia obediência aos pais, mas não se pode esquecer que ela foi privada da presença do pai biológico por ser conveniente para sua mãe. Desse modo, Helena entendia que se não vivesse de acordo com a vontade dos outros, seus pais, perderia o amor desses, assim, esqueceu-se de como era viver para si mesma. Ela foi pressionada a seguir o comportamento estabelecido por seus pais, tanto para o bem quanto para o mal.

Complacente com os desejos dos outros, depois da perda da mãe e do pai adotivo, aos dezessete anos, Helena ainda tinha dificuldades de fazer sua vontade própria prevalecer e continuava satisfazendo ao irmão, conforme trecho citado anteriormente, quando esse lhe dizia o que era conveniente ler, e ela obedecia. Se foi por desejo de parecer agradável aos olhos do irmão e não o contrariar, ou foi porque não conseguia se impor diante da vontade do outro são inferências e podemos inferir, também, que a condescendência era uma das principais características psicológicas de Helena, que cedia sempre ao autoritarismo e à hierarquia de modo resignado, por não haver outro remédio.

Segundo Musse (2007, p.15) uma das características dos fatos sociais é o seu poder impositivo, ou seja, “a coerção é o índice mais forte do caráter externo, impessoal e objetivo do fenômeno social. As variações estendem-se da situação em que o poder coercitivo deriva do temor de sanções até os casos em que ele se fundamenta na aceitação voluntária da

autoridade das regras sociais”. O medo de sofrer novas privações conduzia a vida de Helena, que não negligenciava a hierarquia do sistema vigente, da época, que oprimia e coagia principalmente o gênero feminino.

Desse modo, por mais que o autor quisesse ou pretendesse denunciar e criticar os abusos do poder paterno da época, a personagem não teria uma saída feliz devido à proporção da trama. Enredo e personagem caminham, então, para um desfecho trágico, como pode ser inferido pelas palavras de Helena,

Meu coração ficará eternamente grato ao resto de estima que não perdi; a situação mudou, e força é mudar com ela. Não quero a proteção da lei, nem poderia receber a complacência de corações amigos. Cometi um erro, e devo expiá-lo. Enquanto a vergonha vivia só comigo, era possível continuar nesta casa; eu atordoava-me para esquecê-la; mas agora que é patente, vê-la-ei nos olhos de todos e no sorriso de cada um. Peço-lhes que me perdoem e me deixem ir! Não devera ter entrado, é certo. Expio a fraqueza de um coração que eu me habituara a amar de longe, com o prestígio do mistério e o encanto do fruto proibido. De hoje em diante, amá-los-ei de longe ou de perto, mas estranha... E perdoada! (ASSIS, 2010, p. 273).

Depois de toda a verdade revelada, tanto Estácio quanto Helena pensam que finalmente poderiam viver com liberdade, porém, o padre diz que não, “está reconhecida; é um fato que não podemos discutir nem alterar” (ASSIS, 2010, p. 272). Desse modo, tudo deverá permanecer como até então, Helena e Estácio são irmãos aos olhos da sociedade e da lei, para resguardar a memória do conselheiro. Não era só Helena que sofria pela imposição, Estácio também sentia a censura e a pressão da sociedade, como podemos observar nas palavras do narrador. “Agora, sim; roto o vínculo, restituída a verdade, ele conhecia que a voz da natureza, mais sincera e forte que as *combinações sociais*, os chamava um para o outro, e que a mulher destinada a amá-lo e ser amar amada era justamente *a única* que as *leis sociais lhe vedavam possuir*” (ASSIS, 2010, p. 274, grifos meus). As “combinações sociais” na metade do século XIX não aceitariam que a palavra de um conselheiro, registrada em cartório, fosse contestada sem provas do contrário. E ainda havia a presença do padre que aconselhava e ditava o que era certo ou errado aos olhos de Deus, da sociedade, da moral e dos bons costumes. Tudo isso validado pelo discurso e contexto social da época.

Na parte final do romance, o papel do padre ganha destaque, embora, sua presença sempre fosse constante. Nesse momento final o autor evidencia o poder do patriarcado reforçado pela interferência da igreja, como já foi abordado no primeiro capítulo, nos problemas familiares. O padre desempenhava, desse modo, o papel de confessor, confidente e conselheiro nos conflitos de família que não podiam, de forma alguma, se tornarem públicos. Assim, as famílias ficavam preservadas moralmente diante da sociedade e depois da

penitência diante de Deus. Note-se que é uma preocupação constante do padre Melchior que tudo fique em segredo, como podem ser observadas em suas palavras.

[...] Compreendo, quisera despojar Helena do título que teu pai lhe deixou, para lhe dar outro, e ligá-la a sua família por diferente vínculo... [...] Esquece duas coisas graves: o escândalo e o casamento de um e outro; já se não pertence, nem ela se pertence a si. Vamos lá; seja homem. Sepultemos quanto se passou no mais profundo silêncio, e a situação de ontem será a mesma de amanhã. (ASSIS, 2010, p. 273).

Machado procurou, através de seu romance, criticar a intervenção da igreja na vida em família e o modo como a vida em sociedade era conduzida. Todos tinham, ou julgavam ter, o direito de dizer como o indivíduo podia ou deveria agir, menos o maior interessado: o próprio sujeito.

Diante das imposições sociais e “familiares” que não permitiam que os personagens protagonistas vivessem o sentimento que traziam no coração e a insistência para que continuassem sob a sujeição da mentira, Helena vê suas forças esmorecerem, “adoece e definha por causa do sentimento de humilhação que experimenta na casa, um sentimento originado pela família do conselheiro. A piedade causa vergonha em heroínas orgulhosas” (PASSOS, 2007, p.67). Uma febre emocional a atinge, os dias se passam e cada vez mais Helena se debilita.

Nos últimos dias da convalescente, o padre permaneceu ao lado de Helena por desejo da mesma e vontade própria. A voz do narrador, então, revela que, para Melchior, a morte seria uma solução: “Ao pé dela, via-a com pena, mas sem desesperação; primeiramente, porque ele aceitava sem murmúrio os decretos da vontade divina; depois, porque não sabia ao certo se, em tal situação, era a vida melhor do que a morte. Em todo caso, consolava-a” (ASSIS, 2010, p. 277). O padre era o detentor do segredo de Estácio e Helena, mas não abriu mão das convenções impostas pela sociedade e avalizadas pela igreja, embora sentisse que o amor de ambos era verdadeiro, nada podia fazer. Assim como Helena, ele também respeitava o sistema ao qual estava subordinado, desse modo, o amor dos jovens deveria ficar em segundo plano, evitando-se que a imagem moral, tanto do conselheiro quanto de Helena e Estácio, fosse maculada.

Então, Helena chegou ao limite do ser humano, não podia mais suportar mentiras somente para se enquadrar nos moldes dos padrões sociais que prendem e definem a vida do ser humano. Como existir sem ser você mesmo, como viver ao lado do homem amado sem poder entregar-se? Viver ao lado das pessoas que sabiam daquilo que para Helena era uma vergonha tornou-se inconcebível e ela não teve mais forças para fingir o que não havia e muito

menos encobrir o amor que sentia por Estácio. Um sentimento de desolação abateu-se sobre a jovem, porém, são as sábias palavras do padre Melchior que nos mostram como a moça se encontrava: “a posição em que estes acontecimentos a deixaram, repugna-lhe mais que tudo. Prefere a miséria à vergonha, e a ideia de que interiormente não a absolvemos, é o verme que lhe fica no coração” (ASSIS, 2010, p.274). A dissimulação, que até então era aplicada tão tranquilamente, não cabia mais na vida de Helena, sua capacidade se esgotara. A personagem entra em conflito, “o verme no coração” pela ética moral que faz parte de sua índole.

O comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático, isto é, como um ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia; que faz da natureza externa um mundo à sua medida humana, e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza. Por conseguinte, o comportamento moral não é a manifestação de uma natureza humana eterna e imutável, dada de uma vez para sempre, mas de uma natureza que está sujeita ao processo de transformação que constitui precisamente a história da humanidade. (SÁNCHEZ, 2008, p. 28).

A protagonista passou o romance todo se moldando aos outros, ao contexto social, aos pais, à orientação religiosa e ao sistema social. A maior crítica de Machado, em toda a obra, talvez seja a de que nem todos conseguem viver somente para a satisfação da vontade alheia, ou seja, para ser completo o homem necessita ser ele mesmo. Viver em condescendência, sempre, com aquilo que esperam de nós requer um espírito sobre humano, senão se corre o risco de adoecer como a heroína. Machado, através de seu romance e na figura da personagem Helena, denuncia a mulher que não conseguia fazer-se ouvir, assim como todas as mulheres que o sistema desvitalizou.

Para Sánchez (2008, p. 70), “a moral cumpre uma função social em que todos os indivíduos e suas ações desenvolvem-se de maneira vantajosa para toda a sociedade, a moral tende a fazer com que os indivíduos ou um grupo se harmonizem na busca do bem maior”. Embora, no romance de Machado, o interesse coletivo não tenha combinado com o individual, no caso Estácio e Helena, o que gerou a morte da moça e a infelicidade do rapaz. Pode-se dizer que Helena “escolheu” morrer, para cumprir o seu papel social, ou o “sistema” a fez sucumbir. Prevalece assim, independentemente, o que de fato ocorreu, a principal característica da moça, a condescendência com uma certa dose de resignação. Diante do sistema que ditava regras, a integridade moral do conselheiro e a harmonia da sociedade valiam mais que o amor verdadeiro dos dois jovens. Infelizmente, não poderia haver outro fim, pois Helena estava só, e Estácio era incapaz de ir contra os padrões e a igreja, onde ela buscou consolo na figura do padre que, submisso ao sistema, não concordava com essa união que causaria um desconforto muito grande na roda de amigos da família. Então, a protagonista

desiste da luta solitária e, na morte, encontra “o bem maior”, que é liberdade que nunca teve por causa de um sistema opressor e de padrões sociais totalmente convencionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho busquei a resposta para a questão inicial: como aspectos discursivos produzem certa constituição moral e transfiguram elementos do real? Acredito que a resposta a essa questão esteja no ponto de vista do autor e na fala do narrador, conjuntamente, pois a composição moral da personagem é produzida pelo discurso, pela elaboração da linguagem. Nas falas analisadas, nesse estudo, percebe-se nitidamente como a construção da personagem está atrelada à linguagem e ao modo como autor e narrador trabalham essa construção e a desenvolvem.

Há também todo um contexto que envolve a criação da personagem na obra machadiana. O contexto social do século XIX determina o perfil da personagem: época difícil para o gênero feminino pelas imposições sociais e devido ao sistema autoritário vigente. A mulher descrita por Machado pertence à classe burguesa, no entanto, essa posição abastada não diminui sua condição de submissão. Ao contrário, cabia a essa mulher manter uma família e aumentar o espólio familiar, que se resumiam em casamentos arranjados e com homens bem mais velhos, o que era comum para a época. Com uma educação precária que não preparava para a vida, essa mulher estava fadada a ser somente esposa e mãe. Sendo, assim, o casamento era a única opção de ascensão, porém, isso não a livrava do papel de submissão ao qual estava destinada.

A caracterização da personagem se dá com a junção do contexto social e o perfil estereotipado pela sociedade burguesa, assim, Machado une à ambientação, os traços físicos e os valores éticos para dar vida a um ser de papel. A escolha da linguagem permite ao leitor construir uma imagem mental, através dos signos linguísticos que tanto escritor quanto narrador escolhem de um modo organizado e coeso, que criam a sensação do verossímil e levam o leitor à empatia com a personagem.

Desse modo, Machado representa, em seu romance, a instituição que era a família burguesa dirigida pelo patriarcado, na qual o senhor usava de seu poder para decidir a vida de todos e essa imposição encontrava respaldo na igreja, que era conivente com os desmandos dos patriarcas. A sociedade se organizava em nome de uma moral hipócrita, na qual o indivíduo não tinha vez. E o interesse maior, do sistema, era o que prevalecia.

Helena espelha bem o papel do mais fraco na sociedade, de origem humilde, órfã e na qualidade vulnerável do sexo feminino, é sobre ela que o sistema se impõe, assim, Machado denuncia que na aristocracia da metade do século XIX não havia lugar para a voz dos menos

afortunados. Homem de moral elevada e comprometido com o seu semelhante, o autor dá voz à mulher na personificação de Helena, mas ironicamente a voz de Helena não foi ouvida na ficção, assim como a voz da mulher daquele século também não era ouvida na vida real.

Entre todos os personagens, Helena seria a mais plausível de ser dominada pelo sistema, no sentido de se corromper. Apesar de ter sido vítima dos desmandos dos pais, seu caráter não sofreu danos maiores. Detentora da verdade, poderia ter se beneficiado dessa posição, mas não o fez. Embora alguns lhe intulassem de usurpadora, nunca se portou como tal. Machado, contrariando e mais uma vez criticando o sistema que degenera, cria em seu romance um ser que não se comove pelas aparências nem se ilude com brilhos sociais. Helena surge num contexto conturbado para deixar claro que ser moralmente correto é, sim, uma questão de escolha.

De todos os aspectos explorados nesse trabalho, penso que questões como a construção do discurso e dos perfis psicológicos, tanto de Helena como de Estácio, poderiam ser aprofundados. Sendo a obra de Machado de Assis um campo riquíssimo a ser esmiuçado, tanto em termos históricos quanto sociais e psicológicos, a análise não se esgota aqui e novos trabalhos podem ser elaborados a partir deste.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Fávero. *Meninas Trabalho, escola e lazer*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 65 - 83. Disponível em: <<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447300/pages/7>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Romances Completos / Machado de Assis*. Porto Alegre: Pradense, 2010.

BRAIT, Beth. *A personagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Fátima Pires. Redator (Ed.). *Primeiro Censo Demográfico do Brasil*. 1872. Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06cP/Primeiro_Censo_Demografico_Do_Brasil>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CANDIDO, Antonio (Org.). *A personagem de ficção*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 51- 80.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *História da gente brasileira: volume 2: Império*. São Paulo: LeYa, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In.: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

GANCHHO, Cândida Vilares. *Como Analisar Narrativas*. 7. ed. 9. imp. São Paulo: Ática, 2004.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2006.

HABNER, June E. de. *Mulheres da elite - Honra de distinção das famílias*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.43 - 64. Disponível em: <<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447300/pages/7>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013. Tradução: Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha.

MUSSE, Ricardo. *Fato social e divisão do trabalho/ Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, 2007. Tradução: Cilaine Alvares da Cunha e Lara Natal Rodrigues. Disponível em:

<<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508110933/pages/5>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

NAUROSKI, Everton Araujo. *Teorias sociológicas e temas sociais contemporâneos*. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em:

<<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559726596/pages/4>> Acesso em: 02 jul. 2018.

PASSOS, José Luiz. *Machado de Assis: o romance com pessoas*. Editora da Universidade de São Paulo: Nankin Editorial, 2007.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Émile Durkheim - Sociologia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação - Mulheres educadas e a educação de mulheres*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333 - 359. Disponível em:

<<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447300/pages/7>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SÁNCHEZ, Adolfo Vázquez. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCOTT, Ana Silvia de. *Família - O caleidoscópio dos arranjos familiares*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42. Disponível em:

<<http://upf.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447300/pages/7>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.